



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTIVIDADE EM PLENÁRIO

Informação Nº 03/IX-4º (2008/2009)

Informa-se, submetendo ao conhecimento e consideração dos Cidadãos e das Instituições, Entidades e Organizações, de que a Assembleia Municipal de Almada reuniu, em Sessão Ordinária referente ao mês de Fevereiro, nos dias 25 de Fevereiro e 02 de Março, em que apreciou a Actividade Municipal e por iniciativa própria ou por proposta da Câmara Municipal, aprovadas as seguintes deliberações:

DELIBERAÇÕES

01 - Sobre o Acesso aos Cuidados de Saúde

As dificuldades no acesso aos cuidados de saúde para muitos milhares de cidadãos do nosso Concelho, deve continuar a exigir o acompanhamento e consequentes tomadas de posição.

O encerramento dos Centros de Saúde às 20 horas e os milhares de utentes sem médico de família sobrecarrega a insuficiente capacidade de resposta do Hospital Garcia de Orta, nomeadamente o Serviço de Urgências;

Também ao nível do internamento e outras valências o Hospital Garcia de Orta já não responde às necessidades das populações de Almada, Seixal e Sesimbra, quanto mais como Hospital da Península de Setúbal e para o Sul do País;

Pelo que, a Assembleia Municipal de Almada, deliberou:



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 1 - Continuar a reivindicar que o novo Hospital do Seixal seja dotado das camas de internamento e do serviço de urgências que correspondam a uma adequada assistência hospitalar que dê resposta às necessidades das populações.
- 2 - Reclamar a necessidade de alargamento e reforço dos cuidados primários de saúde quer pela criação de novas unidades de saúde, quer no aumento do número de profissionais, designadamente médicos, de forma a assegurar a todos os cidadãos a proximidade aos serviços de saúde e ao seu médico de família.
- 3 - Apoiar as iniciativas da Câmara Municipal para a construção de instalações para serviços de saúde na Cova da Piedade, Costa de Caparica, Cacilhas e Laranjeiro, assim como para o CAT de Almada, reconhecendo o esforço da Autarquia para dotar o Concelho de uma rede eficiente de cuidados de saúde em que a última prova provada é a deliberação camarária do passado dia 21 de Janeiro de cedência ao Ministério da Saúde da área necessária à implementação da Unidade de Saúde do Feijó.

02 - Sobre as Acessibilidades Rodoviárias no Concelho de Almada e Península de Setúbal

No passado dia 25 de Janeiro, teve lugar na sede da Estradas de Portugal S.A. o lançamento da “Concessão Baixo Tejo”, para a concepção, construção, financiamento, exploração e conservação do IC-32 via rodoviária entre o nó do Funchalinho do IC-20 e o nó de Coina, incluindo a ligação à Trafaria e a construção da Estrada Regional 377-2, entre a Costa da Caparica e a Fonte da Telha.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Esta “concessão” representa na verdade uma subconcessão da Rede Rodoviária Nacional em que, quer as novas construções quer a conservação das vias actuais (IC-20, IC-21, IC-3 e IC-32) constam do Plano Rodoviário Nacional e passam agora da responsabilidade da Estradas de Portugal para a alçada de empresas privadas. Trata-se de um modelo de exploração, financiamento e manutenção que compromete o futuro do serviço público num domínio decisivo para a coesão territorial e o desenvolvimento nacional e regional, e que penaliza as populações da Margem Sul do Tejo com mais uma portagem (fonte de rendimento para a exploração privada destas estradas).

A Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS/IC-32), ligando a Trafaria ao Montijo e Alcochete, é uma reivindicação antiga do Município de Almada e das autarquias da região, e já constava do Plano Inter-Concelhio de Ordenamento da Circulação mandado elaborar pelos municípios de Almada, Seixal e Sesimbra em 1983. Desde então e até hoje, os órgãos autárquicos do Concelho de Almada afirmaram reiteradamente a exigência da concretização desta via, que actualmente existe apenas entre a Ponte Vasco da Gama e o nó de Coima - sem qualquer cobrança de portagem.

Esta nova portagem que o Governo anuncia não tem correspondência equivalente na Margem Norte da Área Metropolitana de Lisboa. Esta decisão do Governo, de introduzir o regime de portagens nos novos troços da CRIPS/IC-32, prossegue assim a linha de discriminação negativa que ao longo dos anos os sucessivos governos têm assumido contra as populações da Margem Sul do Tejo.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Por outro lado, regista-se que o Governo aponta para a conclusão da estrada regional ER 377-2, na melhor das hipóteses, para o segundo semestre de 2011, o que significa que apenas se prevê a concretização desta obra numa fase posterior ao previsto pela Costa Polis para a transferência dos Parques de Campismo para a área do Pinhal do Inglês. Trata-se de um cenário que suscita as maiores preocupações e que se recusa, já que esta via assume um carácter indispensável para que essa operação possa ter lugar, conforme se definiu no Plano Estratégico do Programa Polis da Costa da Caparica.

Permanece também sem qualquer referência por parte do Governo neste processo a questão, já antiga, da construção do novo nó de acesso à zona de Amora/Corroios e respectivas ligações à A-2, IC-32 e EN-10. Conforme se verificou nos estudos e diagnósticos para o Plano de Mobilidade do Concelho de Almada, a não concretização desse nó à A-2 é causa principal da passagem diária de cerca de 30 mil automóveis pela Rotunda do Centro Sul e respectivos acessos, sobrecarregando a cidade de Almada e penalizando a qualidade de vida das populações. A presente situação torna-se particularmente incompreensível quando se verifica que a "Concessão Baixo Tejo" foi atribuída à mesma empresa que hoje é a concessionária da auto-estrada A2, tornando ainda mais fácil a resolução deste problema.

Assim, deliberou:

- 1 - Rejeitar a introdução de quaisquer portagens na Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS/IC-32), em nome da equidade democrática e do interesse das populações do Concelho;
- 2 - Manifestar a sua preocupação pela programação da obra da Estrada Regional 377-2 de ligação da Costa de Caparica à Charneca de Caparica e Fonte da Telha, reafirmando-se a



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

absoluta necessidade da conclusão desta via antes da transferência dos Parques de Campismo para o Pinhal do Inglês, conforme previsto no Programa Polis da Costa da Caparica. Proclamar não se aceitar a transferência dos Parques de Campismo sem a construção e entrada em funcionamento da referida Estrada Regional.

- 3 - Renovar o alerta para o Poder Central relativamente aos problemas de segurança rodoviária que subsistem na Via Rápida da Costa da Caparica/IC-20, nomeadamente com a falta de iluminação da via e com a situação do nó de acesso à Sobreda;
- 4 - Reafirmar a urgente necessidade de se assegurar a construção de um nó de acesso à auto-estrada A-2 na zona de Amora/Corroios, aliviando assim o tráfego automóvel que hoje sobrecarrega as vias urbanas do Concelho de Almada.

03 - Sobre Qualificação de Almada no Prémio Europeu da Mobilidade 2008

A Câmara Municipal de Almada assinou no passado dia 10 de Fevereiro de 2009, em Bruxelas, o Covenant of Mayors que é um Pacto de Autarcas e uma das mais ambiciosas iniciativas lançadas recentemente para combater o aquecimento global do Planeta.

É de salientar que Almada foi uma das dez cidades portuguesas que aderiu a este projecto internacional assumindo desta forma um compromisso sério e eficaz para a melhoria da qualidade ambiental do Concelho de Almada, e contribuindo, simultaneamente, à sua escala, mas através de medidas concretas, para a salvaguarda do futuro do planeta.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Através deste Pacto as cidades signatárias comprometeram-se a atingir três principais objectivos: reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20%; melhorar a eficiência energética em 20% e assegurar 20% do consumo de energia a partir de energias renováveis.

O trabalho direccionado para esta área iniciou-se em Almada no ano de 2001 quando o Município elaborou o inventário de emissões de Gases com Efeito de Estufa, o primeiro de âmbito municipal realizado em Portugal. A parceria então estabelecida entre a Agência Municipal de Energia de Almada (Ageneal) e a Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa desenvolveu a Estratégia para as Alterações Climáticas do Município de Almada (ELAC).

Almada tem de facto contribuído ao longo desta última década para a construção de um mundo mais sustentável e solidário. E o reconhecimento desse trabalho é notório: na iniciativa do Premio da Semana da Mobilidade de 2008, Almada foi a única cidade portuguesa finalista, tendo alcançado o segundo lugar face a concorrentes como Budapeste e Zagreb.

Promovida pela Comissão Europeia com vista a distinguir as melhores acções na promoção de uma mobilidade mais sustentável, a iniciativa contou em 2008 com a adesão de várias centenas de cidades, que participaram na "Semana Europeia da Mobilidade 2008", realizada entre 16 e 22 de Setembro. De um total de 66 cidades concorrentes ao prémio, foram seleccionadas 10, das quais saíram três finalistas, entre as quais estava Almada.

Assim, e considerando que para além do reconhecimento internacional que Almada tinha já nas áreas da Cultura, nomeadamente, no Teatro e na Dança, o Concelho de Almada passou a ser também uma referência no que diz respeito ao trabalho municipal nas questões relacionadas com o Ambiente, a Assembleia Municipal de Almada, deliberou:



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1º Saudar a Câmara Municipal de Almada, a sua administração, trabalhadores e a população do Concelho pelo segundo lugar obtido na iniciativa do Prémio da Semana Europeia da Mobilidade 2008;

2º Saudar a Câmara Municipal de Almada pela adesão ao Covenant of Mayors ou Pacto dos Autarcas iniciativa de grande relevância na luta contra o aquecimento global do planeta.

04 - Sobre O Arsenal do Alfeite e a Luta dos Trabalhadores

O Governo do Partido Socialista, ao mandar publicar os Decretos-lei que determinam a extinção do Arsenal do Alfeite e a criação da Arsenal do Alfeite SA, apontando para um quadro de pessoal com menos 400 trabalhadores, desfere um duríssimo golpe nesta que é a mais importante empresa pública do Concelho de Almada, fundamental do ponto de vista económico e social, como no plano estratégico da defesa e soberania nacionais, garantindo a operacionalidade da Marinha Portuguesa.

Esta é mais uma medida no sentido da desresponsabilização do Estado em sectores decisivos e estratégicos para o desenvolvimento da região e do País, sendo este Governo e o Presidente da República os principais responsáveis por este acto e pelas consequências que dele resultarem.

Os sucessivos governos foram fazendo o seu caminho de destruição da indústria naval e de todo o aparelho que a região tinha para produzir riqueza e desenvolvimento. Destruíram os estaleiros da SRN, da CPP, da Parry & Son, da Lisnave Margueira. Uma experiência incomparável de milhares de trabalhadores que foi simplesmente malbaratada.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Segue-se o Arsenal do Alfeite, último reduto da construção e reparação naval e do conhecimento tecnológico naval no rio Tejo.

Impõe-se a continuação da luta no sentido de inverter esta decisão, por um Arsenal do Alfeite Público ao serviço da Marinha e do País, contra a extinção de postos de trabalho e pela manutenção do vínculo público de todos os trabalhadores.

Importa a propósito reafirmar que o caminho passa por outra política económica que promova o investimento na dinamização do sector produtivo. Uma política que crie mais emprego estável e com direitos, como forma de contribuir para o bem-estar das famílias e o desenvolvimento económico e social do País.

É necessário outra sociedade que privilegie a dimensão humana como factor do progresso e do desenvolvimento, que reparta a riqueza de forma mais justa, que respeite e dignifique quem trabalha, que recentre o papel do Estado e a prestação dos serviços públicos ao serviço de Portugal e de todos os portugueses.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada deliberou:

- 1º Repudiar a decisão do Governo português de privatização do Arsenal do Alfeite, e pugnar por um Arsenal do Alfeite Público ao serviço da Marinha e do País;
- 2º Saudar a luta dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite contra a extinção dos seus postos de trabalho e pela manutenção do vínculo público de todos os trabalhadores;
- 3º Saudar as lutas de todos os trabalhadores portugueses apelando à participação na Grande Manifestação Nacional, convocada para o próximo dia 13 de Março, em Lisboa, sob o lema “Mudar de Rumo, Mais Emprego, Salários e Direitos”.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

05 - Sobre a Assembleia nas Comemorações dos 35 anos do 25 de Abril de 1974

Em Setembro passado, o Partido Socialista apresentou uma proposta aceite por todas as forças políticas representadas nesta Assembleia, com excepção da CDU, sobre a realização de uma Sessão Solene para as comemorações dos 35 anos do 25 de Abril de 1974.

Esta proposta tinha os seguintes objectivos:

- Celebrar os 35 anos do aniversário da Revolução dos Cravos, que instituiu o regime democrático em Portugal.
- Permitir à Assembleia Municipal de Almada, enquanto órgão representativo do Poder Local Democrático, assumir um papel mais activo na promoção da celebração da data, sem invalidar a sua participação noutros eventos organizados pelos restantes órgãos autárquicos, dando uma especial atenção às camadas mais jovens, a quem deveremos incutir o espírito de Abril.

Porque se trata de uma data histórica, com um inegável significado para as populações, que mesmo ao fim de mais de três décadas e meia, o demonstram em inúmeras manifestações e acontecimentos populares.

Porque do debate então realizado tinha ficado a promessa de voltarmos a falar do envolvimento da Assembleia Municipal na organização das comemorações dos 35 anos do 25 de Abril.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, deliberou:

1. Organizar, em data acordada em conferência de representantes, uma sessão extraordinária, para que a Assembleia Municipal reúna em Sessão Solene destinada a comemorar os 35 anos do 25 de Abril.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2. Constituir um Grupo de Trabalho saído da 2ª Comissão que integre 1 representante de cada Grupo Municipal, com a missão de organizar esta sessão solene da Assembleia Municipal.

06 - De Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas e Preços - RTTTP

Na sequência da situação económica e social actual de generalizada crise e seu reflexo nos Mercados Municipais com a redução substancial dos volumes de vendas e com o objectivo de minimizar as dificuldades sentidas pelos seus vendedores a Assembleia Municipal deliberou:

Suspender os valores aplicáveis aos Mercados Municipais da Tabela de Taxas, Tarifas e Preços do Município, inscritos nos artigos 69º a 74º, inclusive, do Regulamento e Tabela repondo para o ano de 2009 os valores de 2008, com efeitos a partir de Março quando se trate de pagamentos mensais e diários.

Almada, em 03 de Março de 2009

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)